

# Apresentação

---

Desvendar quais são as condições necessárias para que o Estado atinja os seus objetivos – as chamadas “capacidades estatais” - é uma ambição vastamente compartilhada entre pesquisadores e gestores de políticas públicas. Essas capacidades de produção e execução de políticas públicas abarcam diferentes competências<sup>1</sup>. Ser um Estado com capacidade significa, em uma dimensão técnico-administrativa, dispor de burocracias profissionalizadas e dotadas dos recursos (organizacionais, tecnológicos e financeiros) necessários à implementação de políticas públicas eficientes e efetivas. Em uma democracia, as capacidades estatais também demandam burocracias dispostas a atuar por meio de canais de diálogo e negociação com outros atores, garantindo legitimidade às políticas públicas e abertura à aprendizagem e à inovação. Por fim, em um Estado de direito, capacidades estatais ainda abrangem uma capacidade jurídica, isto é, a habilidade “dos governos e de suas burocracias para criar condições de legalidade”<sup>2</sup>.

A reconstrução das capacidades do Estado brasileiro nesses três âmbitos é um dos principais desafios para que o país retome sua trajetória de desenvolvimento e cumpra o seu compromisso com a garantia de direitos por meio das políticas públicas. Nos últimos anos, tivemos tristes e repetidos exemplos de desrespeito às competências da burocracia estatal brasileira, por meio de pressões e ataques a servidores. Testemunhamos o desmonte de inúmeras políticas públicas, com destaque para as políticas sociais, de saúde e ambiental. O diálogo do Estado com a sociedade civil e a comunidade científica foi substituído pela desconfiança e a desinformação, quando não a criminalização.

A 4a Edição dos **Cadernos Técnicos da CGU** reúne artigos que contribuem para a reflexão sobre as capacidades do Estado brasileiro. Os textos discutem diferentes dimensões das capacidades estatais concretizadas na Controladoria-Geral da União (CGU) para o cumprimento da sua missão principal: promover a integridade e o enfrentamento da corrupção para que políticas e serviços públicos sejam entregues com melhor qualidade e efetividade à população brasileira, sobretudo àquela grande parcela mais necessitada da atenção estatal. Os artigos refletem sobre o desenvolvimento organizacional e do corpo técnico da CGU, demonstrando a excelência da instituição. O próprio fato de que os autores fazem parte da carreira de Auditores Federais de Finanças e Controle e, portanto, refletem ativamente e em diálogo com o público externo sobre a sua própria instituição, evidencia que a CGU está dotada de grandes capacidades quanto aos servidores que integram seus quadros.

Os textos também documentam avanços recentes que estamos promovendo para o fortalecimento das capacidades da CGU - a exemplo da criação do CGULab (laboratório de inovação criado em 2023) e de mudanças na estrutura organizacional que amplificam a capacidade de detecção e investigação de casos de corrupção, o que potencializará o seu papel como uma das mais importantes instituições brasileiras de enfrentamento da corrupção. O aprimoramento de capacidades que tornem a CGU ainda mais efetiva, eficiente, inovadora e legítima perante a sociedade seguirá sendo prioridade. As contribuições desta Edição certamente auxiliam na reflexão sobre quais são os caminhos para alcançarmos esses objetivos.

Boa leitura!

**Vinicius Marques de Carvalho**  
Ministro da Controladoria-Geral da União

---

1. GOMIDE, Alexandre A.; SÁ E SILVA, Fábio. ; PIRES, Roberto. Rocha. C. . Capacidades estatais e políticas públicas: passado, presente e futuro da ação governamental para o desenvolvimento. In: Leonardo Monteiro Monasterio, Marcelo Côrtes Neri, Sergei Suarez Dillon Soares. (Org.). Brasil em desenvolvimento 2014 : estado, planejamento e políticas públicas. 1ed.Brsilia: Ipea, 2014, v. 2, p. 231-246.

2. Ibid., p. 237.